

# ASPECTOS GEOGRÁFICOS DO TERRITÓRIO DO RIO BRANCO<sup>1</sup>

ANTÔNIO TEIXEIRA GUERRA  
Geógrafo do C N G

O território federal do Rio Branco teve sua origem no decreto-lei nº 5 812, de 13 de setembro de 1943, à semelhança do que aconteceu com os outros territórios criados na zona de fronteiras. Considerando-se o caso especial dos territórios localizados na grande região amazônica, apenas o Acre teve origem diferente. O território do Rio Branco, embora criado em 1943, sua instalação somente foi feita a 20 de junho de 1944. As áreas da bacia Amazônica transformadas em territórios federais, ainda não cumpriram realmente o papel que lhes está reservado. Não há dúvida que os territórios federais estão possibilitando maior desenvolvimento de certas áreas outrora inteiramente abandonadas. E, a este propósito

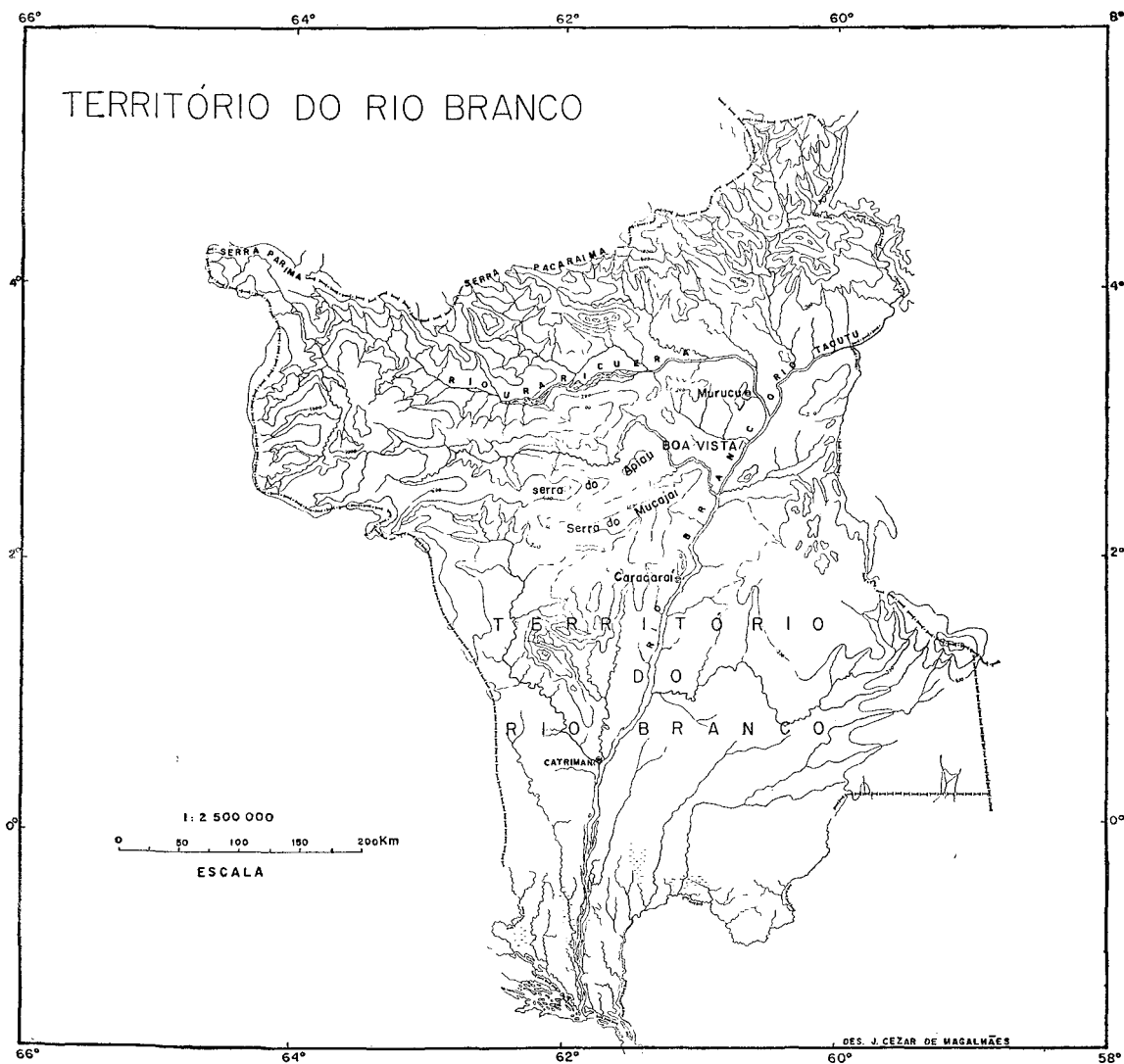


Fig 1

<sup>1</sup> O presente artigo acompanhado de amplo documentário fotográfico, constitui um resumo da monografia de nossa autoria intitulada *Estudo Geográfico do Território do Rio Branco*

mesmo no Rio Branco, que é o território que tem lutado com maiores dificuldades para o seu desenvolvimento, a transformação de certos trechos é realmente incontestável.

A área do atual território resultou do desmembramento de municípios do estado do Amazonas: Boa Vista, parte de Moua e Barcelos. Sua superfície atualmente é de 214 316 quilômetros quadrados (Fig 1). Esta extensa região do setentrião brasileiro é ocupada por uma escassa população, sendo mesmo das unidades da Federação a que possui menor densidade, 0,07 habitantes por quilômetro quadrado.

A posição geopolítica desse território é muito importante uma vez que confina com terras da Venezuela e da Guiana Inglesa numa extensão de 2 411 quilômetros<sup>2</sup>, sendo 985 quilômetros com a Venezuela e 1 426 quilômetros com a Guiana Inglesa. Nos fins do século passado a Inglaterra teve pretensões na zona raiana, ou mais exatamente na depressão do Pirara e no trecho Maú-Cotingo. A questão foi submetida ao rei da Itália que fez, no dizer de E. BACKHEUSER, justiça de Salomão, dando parte à Inglaterra e parte ao Brasil<sup>2</sup>. Atualmente é uma fronteira morta e já demarcada.

O território do Rio Branco é uma verdadeira ponta de lança entre as terras da Venezuela e da Guiana Inglesa devendo por conseguinte merecer maiores atenções do que tem tido até o momento.

A paisagem física do território do Rio Branco pode ser considerada segundo três regiões: 1 — *Região do Baixo Rio Branco* — caracterizada por apresentar terrenos geologicamente recentes e uma topografia monótona. A cobertura vegetal desta região é a densa floresta do tipo hileiano. Aliás esta é a única área do território que possui os mesmos caracteres da Amazônia, uma vez que é um prolongamento da planície no sentido do norte. Na parte sul e oeste confina com terras do estado do Amazonas. No leste apenas em pequeno

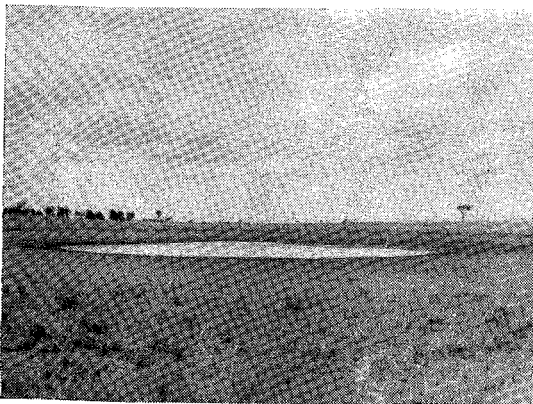


Fig 3 — Na superfície do vasto peneplano rio-branquense é freqüente o aparecimento de depressões fechadas, e de forma acentuadamente circular, cuja origem ainda é de difícil explicação.

(Foto Tomas Somlo)

<sup>2</sup> Anuário Estatístico do Brasil, ano XII, 1951 (p. 3)

<sup>3</sup> Vide: Curso de Geopolítica Geral do Brasil

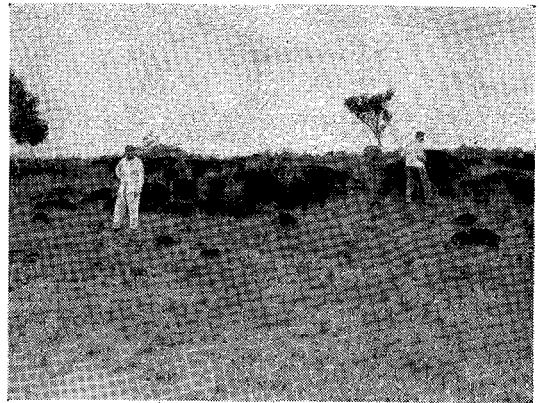


Fig 2 — Na topografia do peneplano fóssil algumas vezes surgem blocos, que devido à forma e à coloração escura, ao serem vistos de longe, dão idéia de matações. Todavia quando nos aproximamos dos mesmos, basta a rugosidade externa e os vacúolos ou perfurações, para denunciarem a sua identidade. Trata-se por conseguinte de grandes blocos de laterito disseminados na superfície dos campos rio-branquenses. A presente foto foi tirada ao norte da cidade de Boa Vista, mais ou menos no limite das fazendas Santa Fé e Monte Cristo (Foto Tomas Somlo)

techo ao longo do rio Nhamundá, confina com terras do estado do Pará.

2 — *Região do Alto Rio Branco* — compreendendo as terras do vasto peneplano, que está coberto com uma vegetação de campos. Esta é a zona onde se desenvolve a pecuária do Rio Branco.

A topografia é monótona, não apresentando grandes contrastes de altitude (Figs 2 e 3). A planura da região é quebrada por vezes pelo aparecimento de alguns *inselbergs*.

3 — *Região Montanhosa* — constituída pelas terras do sistema Parima-Pacaraima, isto é, pelas terras que existem ao longo da fronteira com a Venezuela e com a Guiana Inglesa. Não constitui uma área muito extensa, po-

riem econômicamente é muito importante por causa dos afloramentos de terrenos, possivelmente algonquianos (Fig 4), onde se extraem os diamantes e futuramente também, o ouro, quando este despertar maior interesse

O ponto extremo norte do Brasil está justamente nesta região, no monte Cabuaí, na latitude de 5° 16' 19" N. É ainda nesta região, porém, mais a oeste que se encontra o monte Roroinã (segundo pico do Brasil) localizado no ponto de trijunção: Brasil, Venezuela e Guiana Inglesa, com 2 875 metros de altitude, formando como que um planalto isolado e com escarpas abruptas

Indiscutivelmente esta é a área mais acidentada de toda a Amazônia Brasileira

Das três regiões morfológicas, é no Alto Rio Branco, isto é, na zona dos campos, que vamos encontrar mais de 90% da população do território. A penetração do homem na região tem-se feito lentamente e sua fixação ao solo constitui problema ainda não resolvido

O estudo genético-evolutivo das formas de relevo nos leva a pensar na existência de uma possível fossa tectônica ou mesmo de um largo canal, que no decorrer do terciário permitiu uma ligação ampla do Amazonas com o oceano Atlântico. O traçado aproximado desse canal acreditamos que pode ser considerado como o do atual Rio Branco e o rio Essequibo na Guiana Inglesa. Neste particular não podemos deixar de frisar que se trata de uma hipótese para pesquisas futuras.

Os sedimentos da série das Barreiras, isto é, do plioceno foram, em grande parte, as rochas do embasamento no Alto Rio Branco. Como explicar a invasão provocada por esta sedimentação se não admitir a existência de um afundamento tectônico? É esta cobertura sedimentar terciária, fossilizadora da área peneplanada do escudo das Guianas, que nos leva a pensar na existência de um canal nordeste-sudoeste separado pelos maciços de Tumucumaque a leste e Paíma-Pacaiama a oeste

Na área do penepiano do Rio Branco observa-se, como já dissemos, uma paisagem monótona, que de quando em vez é interrompida pelo aparecimento de "inselbergs" (Fig 5), ou mesmo de maciços montanhosos de pequena extensão, como os do Apiaú, Mucajá, Lua, etc

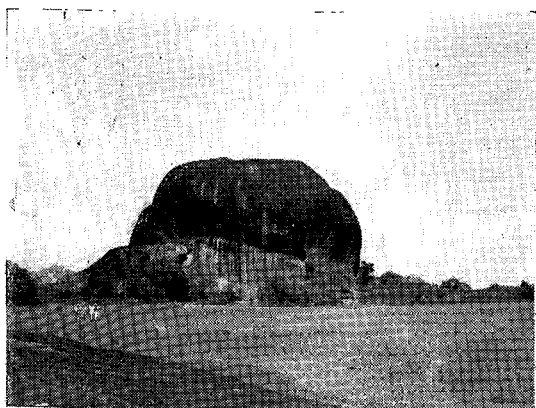


Fig 5 — A Pedra Pintada constitui um gigantesco bloco de granito, que restou sobre a superfície aplanada do Tarimé

(Foto Tomas Somlo)



Fig 4 — Aspecto do alto do Tapequém vendo-se a ondulação do terreno e o igarapé Cabo Sobral

(Foto Tomas Somlo)

O solo da área dos campos pode ser dividido em solos das "terras firmes" e das "baixadas", que constituem pequenas áreas junto aos miritizais, onde o aproveitamento com o plantio de pastos será mais fácil que nos "campos lavrados", onde o nível hidrostático se acha mais profundo. O processo da eluviação tem tornado os horizontes inferiores bem compactos, em certas áreas de campo. Este processo determina a lavagem do horizonte superficial que se emiquece em areia, já que os outros sais são dissolvidos e carregados em dissolução, ocasionando uma iluviação nos horizontes inferiores. Não se pode deixar de assimilar a existência de afloramen-

tos de canga nos campos do Rio Branco (Fig 6) que sugem sob a forma de blocos, concreções, piçaria miúda, etc

No Alto Rio Branco devemos ainda salienta as pequenas áreas onde afloram solos argilosos, oriundos da decomposição de granitos a gnaisses. Mas, além destes, existem também pequenas áreas de solos bastante féteis — “terras roxas”, cujo aproveitamento deve ser feito de maneira cuidadosa, a fim de se ter bom rendimento por muitos anos. Neste particular nunca é demais lembrar que, se por um lado, estas terras são bastante ricas, por outro, a sua vulnerabilidade é grande num clima tropical úmido, com estações alternadas bem características de chuvas intensas e de seca rigorosa.

Este tipo de clima acarreta o desenvolvimento do processo de laterização, que consiste numa lixiviação do cálcio, do sódio, do potássio, ou melhor, das bases trocáveis, e uma segregação do ferro e da alumina sob a forma de hidróxido ferro-aluminoso. Às vezes o enriquecimento em ferro é tão grande que se passa a ter um verdadeiro minério de ferro.

Os lateritos na cidade de Boa Vista formam crostas de blocos e concreções, que se mantêm sob uma capa de material detritico, cuja espessura na maioria dos perfis examinados, era superior a 5 metros. Do ponto de vista pratico, o aparecimento da crosta de “pedra-jacaié”<sup>4</sup> tem importância, uma vez que denuncia a proximidade do lençol d’água que será captado pela perfuração. O estudo da profundidade do lençol d’água na cidade de Boa Vista é fácil de ser realizado, tendo em vista o número de poços aí existentes.

Na superfície dos campos deve-se ressaltar, como já dissemos, o afloramento de concreções e blocos, tendo estes algumas vezes mais de 2 metros de altura (Fig 7). O estudo desses dois elementos nos leva à conclusão da existência de uma erosão lenta, provocada pela pluviação na superfície dos campos, deixando à mostra as concreções e os blocos.

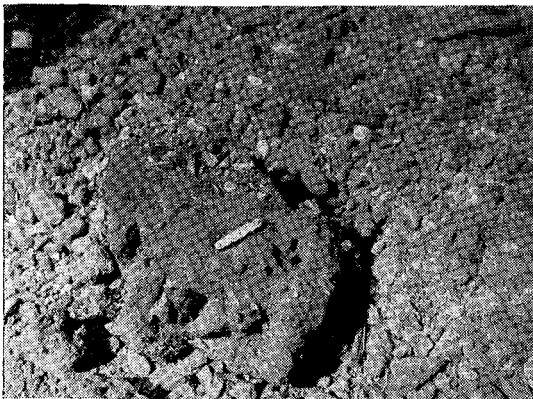


Fig 7 — Blocos de conglomerado laterítico na margem direita do rio Branco, junto à foz do rio Cauamé (Foto Tomas Somlo)

<sup>4</sup> Denominação regional dada ao laterito



Fig 6 — O lençol d’água ao escorrer sobre uma zona de topografia monótona como a dos campos do Rio Branco, pode carregar a parte mais superficial e algumas vezes iniciar um leve ravinamento.

Além do processo de carreamento do solo, isto é, da desolagem, devemos ainda lembrar o desenvolvimento do processo da eluviação do horizonte superior e a iluviação contínua dos horizontes inferiores.

(Foto Tomas Somlo do C N G)

No Baixo Rio Branco, junto às margens do rio, há grandes alagações por ocasião das chuvas, enquanto no verão, pode-se observar os baiarancos, cuja altura é da ordem dos 3 a 4 metros. No material desses baiarancos se tem na parte superficial uma exígua camada de terra vegetal, que repousa sobre um material areno-argiloso e mais abaixo surge, algumas vezes, a crosta de laterito.

Quanto ao estudo do clima da região devemos acrescentar que o único posto existente é o de Boa Vista, cujos dados meteorológicos são bastante incompletos.

Existe nessa unidade política da federação três quadros fisiográficos distintos, sendo, portanto, possível que haja em cada um deles particularidades do ponto de vista climático, que todavia, devido à inexistência de observações meteorológicas não podem ser comprovadas. A série meteorológica existente para Boa Vista dá uma idéia do clima reinante no alto Rio Branco, isto é, na zona dos campos. Aí o clima é caracterizado por um período pluvioso, de chuvas torrenciais, e outro seco, que dura de seis a sete meses. Já no Baixo Rio Branco o clima é pluvioso durante todos os meses, havendo, todavia, um período de chuvas menos intensas (Conforme dados meteorológicos dos postos de Moura e Barcelos).

A consequência dessa alta precipitação durante quase todos os meses do ano, no Baixo Rio Branco, é a existência de uma densa cobertura florestal, enquanto no Alto Rio Branco dominam os campos. Na região montanhosa é possível que exista um outro tipo de clima, porém, não possuímos nenhum posto de observação, o que não nos permite, por conseguinte, aventa nenhuma idéia.

Aplicando-se a classificação climática de KÖPPEN ao território do Rio Branco vemos que a grande área de campos está compreendida no tipo *Awi*, isto é, clima quente e úmido com estação chuvosa no verão e seca no inverno, enquanto a zona do oeste e do sul apresenta um tipo intermediário, ou de transição *Ami*, que embora com uma estação seca pouco intensa, os totais anuais são elevados, permitindo a existência de florestas.

O território é drenado pela bacia do rio Branco, cujos formadores são o Urucueira e o Tacutu. Estes rios, com os seus afluentes e subafluentes, têm origem nas serras Paíma e Pacaraima. Nos limites orientais e ocidentais do território, na zona do Baixo Rio Branco, há dois rios — Jufari e Jauaperi, que são afluentes do rio Negro, não pertencendo, por conseguinte, à bacia do rio Branco.

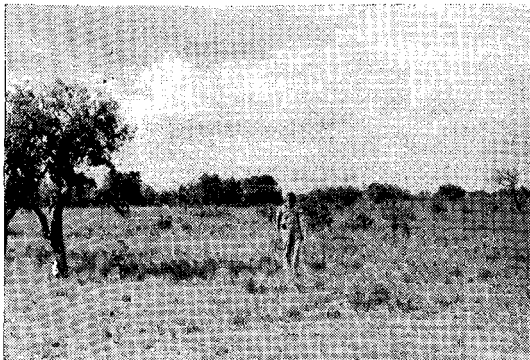


Fig 9 — Aspecto da savana rio-branquense  
(Foto Tomas Somlo)

nação do rio principal, não devendo, por conseguinte, ser considerado como um rio afluente.

A quase totalidade da bacia do rio Branco está no hemisfério norte. Mede mais de 600 quilômetros na direção norte-sul e 500 quilômetros, leste-oeste. Observando-se o traçado seguido pelos rios, vemos ver que há um número bem maior de afluentes pela margem direita do que pela esquerda, havendo, por conseguinte, uma assimetria na drenagem. Além do mais, a extensão dos rios da margem direita é incomparavelmente superior. Para



Fig 8 — Aspecto de um trecho da rodovia BR-17 ao sul do rio Mucajá, vendo-se em ambos os lados da estrada, a vegetação florestal

(Foto Tomas Somlo)

O curso do rio Branco costuma ser dividido da seguinte maneira: *baixo Rio Branco* (388 quilômetros de extensão) — trecho que vai desde a foz do rio Negro até o início das primeiras cachoeiras, *Médio Rio Branco* (24 quilômetros de extensão) — trecho encachoeirado, e finalmente, *Alto Rio Branco* (172 quilômetros de extensão), compreendendo o percurso que fica entre a última cachoeira de montante e a confluência dos rios Urucueira e Tacutu.

O rio Urucueira é considerado, por alguns autores, como um prolongamento normal, ou melhor, uma continuação

tanto basta considerar o Uraricuera, cujas cabeceiras se acham próximas do meridiano de  $65^{\circ}$  W de Greenwich, estendendo-se o rio até o meridiano de  $60^{\circ} 20'$ , na altura do paralelo de 3 de latitude N.

O regime hidrográfico do rio Branco é definido por uma época de cheias, que corresponde ao "inverno" e uma de estiagem, ou seja o "verão". Como consequência prática do regime hidrográfico para a navegação, verifica-se que no período da estiagem as comunicações fluviais tornam-se bastante difíceis, chegando mesmo a constituir um problema as ligações entre Boa Vista e Manaus. Pouco acima da sede da vila de Caracaraí se encontra a zona das cachoeiras, que dificultam muito a navegação. Mesmo no Baixo Rio Branco, isto é, a jusante de Caracaraí, no período de estiagem, as comunicações se fazem com certa dificuldade por causa dos bancos de areia que afloram no leito do rio.

A vegetação do rio Branco é caracterizada por apresentar, do ponto de vista fisionômico, a densa e pujante floresta do tipo hileiano, especialmente no Baixo Rio Branco (Fig 8),



Fig. 10 — Aspecto da cidade de Boa Vista, localizada na margem direita do Rio Branco, e os seus tradicionais campos. O sítio da cidade é fácil de ser descrito, sendo a topografia sensivelmente monótona. A cidade instalou-se numa superfície marginal ao grande rio.

Da cidade partem várias estradas abertas a pneumático, que seguem direções variadas em busca das sedes das fazendas.

Na superfície do campo existem várias depressões cheias d'água, as quais são procuradas pelo gado. No leito do rio observa-se a existência de várias ilhas aluviais, onde a vegetação arbórea cobre todo o solo. Nas margens do rio Branco, especialmente na esquerda, em grandes trechos, vê-se o aparecimento da vegetação do tipo campestre.

enquanto no Alto Rio Branco estende-se a grande área de campos, onde as formações arbóreas e arbustivas aparecem com grande frequência (Fig 9) Daí as denominações regionais de: "campo lavrado" (estepe), "campo coberto" (savana), "campo de baixada", etc.

Do ponto de vista populacional esta é a unidade federada que menos habitantes possui.

A população absoluta do território é bastante reduzida, sendo de apenas 18 116 habitantes para uma área de 230 660 quilômetros quadrados, o que equivale dizer 7 habitantes para uma área de 100 quilômetros quadrados, ou seja, 0,07 habitante por quilômetro quadrado. Se ao invés de considerarmos a população total do território, tomamos como exemplo o dado populacional relativo ao município de Catimani (corresponde ao Baixo Rio Branco) teremos a densidade de 0,01 habitante por quilômetro quadrado, o que equivale a dizer 1 habitante por 100 quilômetros quadrados.

A distribuição e a fixação dos habitantes é sensivelmente variada, segundo as diversas zonas econômicas existentes no território. Assim, na zona da produção extrativa, isto é, da coleta de produtos da floresta, da caça e da pesca, (mariscagem), há grande rarefação demográfica e deslocamentos periódicos da população em busca do recurso natural a ser explorado.

A distribuição da população que vive da indústria extrativa vegetal e animal é bastante disseminada. No Baixo Rio Branco, onde o homem vive da coleta de produtos da floresta e da mariscagem, isto é, da pesca, encontramos algumas barracas e "tapaiis", distando vários quilômetros entre si. Raros são os aglomerados de mais de 30 ou 40 habitantes. As margens dos rios há uma certa permanência relativa da população.

Na zona dos campos se encontra a maior porcentagem de população do território, cerca de 90%. A atividade criatória condiciona a existência de uma população sedentária, enquanto os que vivem da garimpagem do diamante na região montanhosa se adensam em pequenos povoados — se é que assim podemos denominar — transitórios, em função da riqueza existente. Os garimpeiros são essencialmente nômades, pois não se fixam à terra, como os que vivem da pecuária ou da agricultura, aliás, isto é fácil de se compreender uma vez que o seu único interesse reside nos achados mais fáceis e constantes do diamante.

O centro populacional mais importante é Boa Vista (Figs 10 e 11) capital do território, com 5 132 habitantes. Exerceu este núcleo, após a criação do território certa atração na população do Baixo Rio Branco, produzindo um êxodo em sua direção. Isto devido às funções administrativas que aumentaram, com a elevação da modesta cidade em capital.

Caracarái, localizada no início da zona das cachoeiras, é o centro populacional mais importante do baixo Rio Branco. Quanto ao município de Catimani, não podemos deixar passar despercebido o fato de ainda não ter o mesmo sua sede instalada, embora tenha sido criado no ano de 1943, isto é, no ano da criação do território. A grande dificuldade apontada pelos governadores do Rio Branco é a falta de uma boa área de terras firmes no Baixo Rio Branco que permita a instalação de um aglomerado populacional, isto é, de uma cidade.

A colonização efetiva no território é obra muito recente datando de 1951. Neste particular devemos salientar que desde o século XVIII, já se falava na necessidade de colonizar os campos do Rio Branco (sinônimo

de povoamento). Por ocasião da transformação dessa área em território federal, já em 1944 algumas famílias foram levadas para o Mucajái, ou seja a colônia Fernando Costa (Figs 12 e 13). Desta primeira tentativa pode-se dizer que resta apenas um colono com sua família.

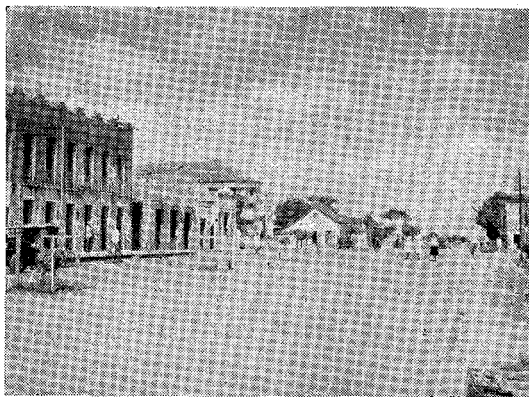


Fig 11 — A avenida Jaime Brasil é a artéria principal da cidade de Boa Vista; é onde se localiza a maioria das lojas comerciais do centro. Ao contrário do que vamos encontrar nos bairros de Carangá, Rói-Couro e Porto da Olaria, aí dominam as construções de alvenaria, cobertas de telha.

(Foto Tomas Somlo)

e a experiência adquirida. Além desta colônia localizada na margem do rio Mucajá e cortada pela rodovia que vai de Boa Vista para Caracará, futura BR-17, deve-se citar a colônia do Cantar, localizada junto à serra do mesmo nome. Estas são as duas colônias do território cujos resultados têm sido bastantes compensadores, pois estes dois centros estão produzindo alguns gêneros de primeira necessidade como: farinha de mandioca, arroz, feijão e milho. Não se pode ainda adiantar muito a respeito, uma vez que a experiência é recente, necessitando portanto de um período mais longo para se ter dados mais concretos, quanto às culturas a serem realizadas, e o imigrante mais conveniente à região.

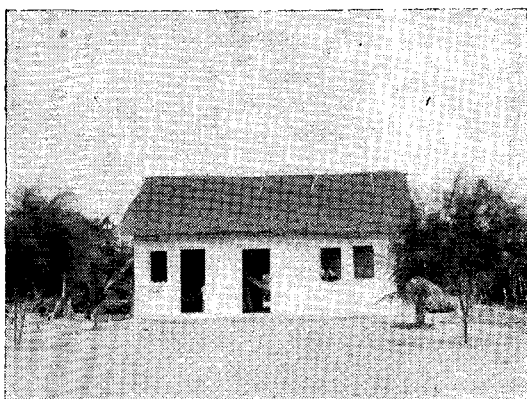


Fig. 12 — Casa de taipa rebocada com cimento ou cal e pintada. A cobertura é de palha. Os móveis são bastante reduzidos, pois, a maioria só dispõe de um baú para guarda de objetos pessoais, um caixote, e raramente uma cadeira para sentar-se. A cama é substituída pela rede.

(Foto Tomas Somlo)

nam as condições características da grande planície com densa cobertura florestal, onde existem espécies produtoras de: seringa, balata, castanha, cipó-títica, látex (de *Hevea Benthamiana*), etc. Além da coleta de produtos da floresta, vive o homem da caça de animais silvestres e da “maiscagem” do pirauçu, taitaruga, tucujá, etc. A caça é praticada com o fito de conseguir carne para a alimentação diária, sendo as peles vendidas no comércio.

2 — Zona da pecuária — compreende a grande área do peneplano fossilizado do alto Rio Branco e a parte inferior dos contrafortes das serras Pauima-Pacauima. E nesta área que se realiza a tradicional criação de gado do Rio Branco.

O gado criado extensivamente é de pequeno porte, sendo na quase totalidade não raciado. A introdução do gado nos campos do Rio Branco começou a se processar nos fins do século XVIII, realizada por LÔBO D'ALMADA, aproveitando-se das idéias de seu antecessor PEREIRA CALDAS. As fazendas nacionais de São Marcos, São José e São Bento foram fundadas em 1793. Dessas fazendas só resta no momento a de São Marcos, cuja sede se encontra próximo à confluência dos rios Tacutu e Uaiucueira.

Os rebanhos dos campos do Rio Branco têm sido dizimados pela “raiva” que é transmitida por um morcego hematófago, e também por degenerescência. Só recentemente, ou melhor, após a criação do território federal, tem-se procurado dar mais assistência ao fazendeiro, não só vacinando o gado contra a raiva, como também adquirindo-se reprodutores. Todavia, não se pode deixar de frisar que esta obra de assistência e melhoria do rebanho é ainda bastante incipiente na região. A iniciativa privada é muito restrita, de modo que todos os encargos ficam na responsabilidade do governo federal.



Fig. 13 — Na colônia do Mucajá podemos distinguir dois tipos de habitação: 1 — choça de palha, mais ou menos semelhante a um tapiri e 2 — casa de taipa. Esta última pode ser às vezes rebocada e pintada. Na foto acima focalizamos uma casa de taipa coberta de folhas de palmeira.

(Foto Tomas Somlo)



O transporte do gado dos campos do Rio Branco para Manaus é feito pelas "boeiras" (Fig. 14)

3 - Zona da produção extrativa mineral - corresponde à "região montanhosa", isto é, ao extremo setentrional do território. Os grupos humanos aí vivem da garimpagem do diamante.

O abastecimento da "região montanhosa" é feito com dificuldade, uma vez que as vias de transporte terrestres são inexistentes. Somente os rios podem ser utilizados. Além do mais, os seus cursos são muitas vezes interrompidos por rápidos e corredeiras tornando penoso e difícil o transporte.

No caso específico do garimpo localizado na serra do Tapequém (Fig. 15), alguns produtos são levados da cidade de Boa Vista, por via aérea.

As ligações terrestres são realizadas com grandes dificuldades por "comboios" (Fig. 16)

Os produtos consumidos nos garimpos sofrem um encarecimento que chega muitas vezes a ser superior a 100%, por causa do frete.

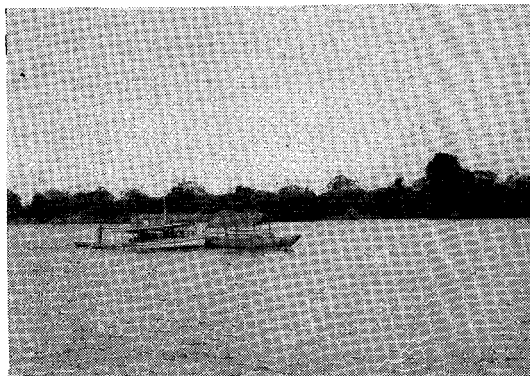


Fig. 14 — "Boeira" transportando o gado dos campos rio-branquenses para Manaus

(Foto Tomas Somlo)

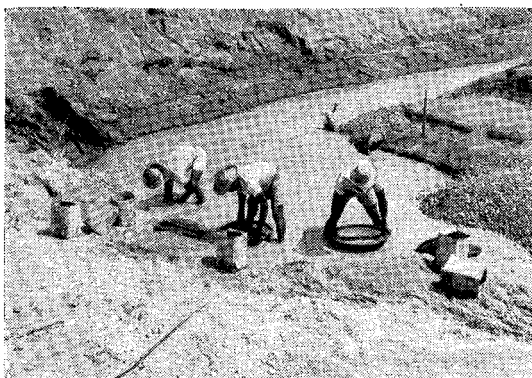


Fig. 15 — Lavagem do cascalho no Tapequém

(Foto Tomas Somlo)

Atualmente com as duas colônias agrícolas é de se esperar que o mercado de Boa Vista seja abastecido, pelo menos, parcialmente, com a produção desses núcleos.

A economia do Rio Branco, ao contrário do que se passa nas outras unidades federadas localizadas na Amazônia, é apoiada na produção extrativa mineral e na pecuária. Quanto aos produtos da coleta, da caça e da pesca pouco pesam na balança comercial do território.

Estudando-se os transportes no território do Rio Branco, não se pode deixar de ressaltar o grave problema que eles têm constituído para todos os administradores dessa unidade da Federação.

Em nenhuma das três zonas econômicas do território a agricultura é praticada com intensidade. A produção agrícola é iníscoria, e neste particular não se pode deixar de assinalar que muitos dos gêneros de primeira necessidade são importados de Manaus, Belém, ou de outros centros do Brasil. Mesmo a totalidade da farinha consumida no território até recentemente vinha de Manaus e Belém. Nas fazendas não há o hábito de se construir pequenas hortas para produção de hortaliças ou de cereais. Os fazendeiros fazem geralmente o seu "aviamento" em Manaus, de modo que não se preocupam com plantações.



Fig. 16 — "Comboeiro" e seu "comboio" na boca da mata, no sopé do Tapequém.

(Foto Tomas Somlo)

Não existem estradas na época do “inverno”, pois grandes trechos das vias abertas a pneumáticos se tornam intransitáveis, o que acarreta a impossibilidade das ligações entre várias sedes de fazenda. A única rodovia existente, e em fase de construção, é a rodovia BR-17, que partindo de Boa Vista chega a Caracaraí (Fig 17), com destino a Manaus.

As comunicações na área dos campos são muito fáceis na época do “verão”, tanto assim que as estradas aí existentes foram abertas a pneumáticos. Porém, no período invernosos as depressões do solo existentes na cobertura sedimentar do Alto Rio Branco ficam cheias d’água, e também os pequenos cursos d’água, secos no verão, passam a correr, o que dificulta consideravelmente as ligações. Não é raro certas sedes de fazendas ficarem completamente ilhadas na época invernosos.

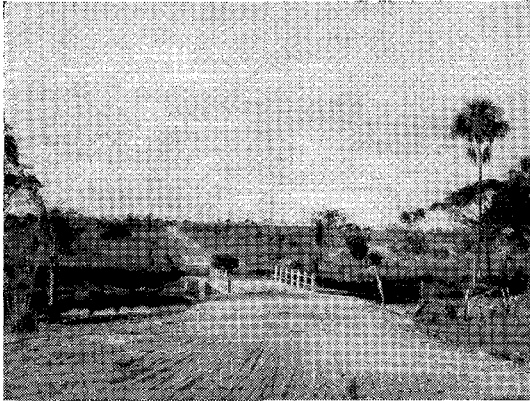


Fig 17 — Sobre o igarápe Uai Grande foi construída uma boa ponte de cimento armado, no ponto em que é atravessado pela rodovia BR-17. A vegetação da zona focalizada é de campos sujos. A topografia sub-horizontal está aí sulcada pelo igarápe Uai Grande.

(Foto Tomas Somlo)

O transporte no território constitui, portanto, um grande problema. As ligações de Boa Vista com Manaus, excluindo as aéreas, estão restitidas à navegação fluvial, só pode ser feita com regularidade na época das cheias. A dificuldade nos transportes tem acarretado um grande óbice no progresso econômico do território. Além do mais, as importações devem ser planejadas normalmente para o período da cheia, uma vez que na estiagem é quase impossível alcançar-se Boa Vista.

O armazém de depósito localizado em Caracaraí fica geralmente cheio de volumes que aguardam uma época mais propícia, para serem levados em caminhões até a boca da estrada, isto é, o local de embarque acima das corredeiras.

A navegação fluvial é bastante difícil no Médio Rio Branco, na época do “verão”, de modo que a ligação entre Boa Vista e Manaus se torna precária. Somente a construção de uma rodovia pavimentada poderá assegurar uma comunicação perene entre as duas capitais. Nessa região, onde as chuvas são torrenciais, não se pode pensar em estrada sem revestimento, uma vez que o serviço de conservação anual tornaria anti-econômica a existência da rodovia.

Finalizando estas breves considerações a propósito do território do Rio Branco devemos insistir em algumas soluções que julgamos da maior importância para a economia rio-branquense, quais sejam a de se desenvolver uma criação de gado em bases mais científicas e se fixar grupos humanos em colônias, a fim de que a produção de gêneros alimentícios seja assegurada regularmente durante todo o ano. Torna-se urgente a construção de uma rodovia pavimentada permitindo a ligação normal entre Boa Vista (capital do território), e Manaus, a grande cidade do interior da Amazônia. A dificuldade nas ligações internas entre os diversos agrupamentos populacionais com a cidade de Boa Vista, e, desta com Manaus tem sido apontada como um dos fatores, que mais tem concorrido para o atraso do território do Rio Branco.

#### BIBLIOGRAFIA

- ALMADA, Manuel da Gama Lôbo de, — “Descrição relativa ao Rio Branco, e seu território” (Ano de 1787) In: *Revista Trimestral do Instituto Histórico e Etnográfico do Brasil*. Tomo XXIV, n° 4, pp. 617-683 — 1861.
- BENEVIDES, Marijesco de Alencar, — *Os novos territórios federais*. 264 páginas. Rio de Janeiro — 1946.

- BHERING, Francisco, — “O vale do Amazonas e suas comunicações telegráficas”. In: *Rev. do Clube de Engenharia*, n.º 13 — 1905, p. 139
- CARVALHO, M Pacheco de, — “Plano racional de recuperação da Amazônia. In: *Bol. Geográfico*, ano X, n.º 109, julho-agosto de 1952, pp. 407-421
- CASTRO SOARES, Lúcio de, — “Território do Rio Branco” In: *Boletim Geográfico*, ano II, n.º 17, agosto de 1944, pp 668-670
- COSTA PEREIRA, José Veríssimo, — “Campos do Rio Branco”. In: *Amazônia Brasileira*, pp. 409-410 — I. B. G. E. — 1944.
- COUDREAU, H -A, — *Voyage au Rio Branco — aux montagne de la Lune, ou haut Trombetas*, 135 páginas, Rouen — 1886
- DINIZ, Sebastião, — “Zona do Amazonas: estudo sobre o Rio Branco”. In: *Rev da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro*, Bol. 1-4, tomo X, ano 1894, pp 30-33.
- EGGERATH, D Pedro, — *O vale e os índios do Rio Branco* 77 páginas, Rio de Janeiro — 1924.
- GUIMARÃES, Djalma, — “Província magmática de Roraimã” (Brasil setentrional) 57 páginas. *Bol. n 45 do Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil* Rio de Janeiro, 1930
- LIMA FIGUEIREDO, — “As savanas do Rio Branco” In: *Boletim Geográfico*, ano VI, n.º 66, setembro de 1948, pp 601-603
- MAGALHÃES, Valério Caldas, — *Quadro estatístico do gado existente nas fazendas rio-branquenses das espécies bovina e equina* — Boa Vista Ed mimeografada, abril de 1952.
- MARTINS, Antônio, — “A situação da pecuária no território federal do Rio Branco” In: *Revista do Parlamento*, ano III, n.ºs 11 e 12, dezembro de 1949, pp 57-60
- MARTINS, Antônio, — “Território do Rio Branco” In: *Diário do Congresso*, ano II, n.º 175, pp. 6 601-6 605, dia 8-10-1947
- MEDEIROS, Océlio de, *Administração territorial*, 380 páginas, Rio de Janeiro — 1946.
- MEDEIROS, Océlio de, — “Os territórios federais e os problemas de imigração e colonização”. In: *Rev Colon e Imig*, ano VIII, n.º 2, junho 1947, pp 26-40
- MORTARA, Giórgio, — “A população de fato do território do Rio Branco nas suas fronteiras” In: *Bol. Geográfico*, ano II, n.º 17, agosto de 1944, pp 671-673
- NABUCO, Joaquim, — *O direito do Brasil*, tomo VIII, 285 páginas. São Paulo.
- NUNES, Osóio, — “O território do Rio Branco e a valorização da Amazônia”. In: *Anais da Comissão Especial do Plano de Valorização Econômica da Amazônia*, vol III, Rio de Janeiro, 1949, pp. 315-341.
- OLIVEIRA, Avelino Inácio de, — “Bacia do Rio Branco” *Bol. n.º 37 do Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil*, 69 páginas Rio de Janeiro, 1929
- OLIVEIRA, Avelino Inácio, — “Recursos minerais da Amazônia” In: *Observador Econômico*, ano VIII, n.º 89, junho de 1943, pp. 18-30.
- OURIQUE, Jacques, — *O vale do Rio Branco*, 208 páginas, 85 figs., 1 mapa Manaus 1906
- PEREIRA, Luciano, — *O Rio Branco* (Observações de viagem) 68 páginas Manaus 1917
- RAJA CABAGLIA, F A, — “Aspectos gerais da fisiografia das regiões fronteiriças” (A bacia do rio Branco) In: *Boletim Geográfico*, ano III, n.º 34, janeiro de 1946, pp 1 300-1 304.
- RICE, A Hamilton, — “Os rios Branco, Uaiacueia e Paíma” In: *Anais da Comissão Especial do Plano de Valorização da Amazônia*. Vol III, pp 13-135 — Tradução de ARAÚJO CAVALCANTI e OCÉLIO DE MEDEIROS — Rio de Janeiro, 1949
- SAMPAIO, Francisco Ribeiro de, — “Relação Geográfico-Histórica do Rio Branco da América Portuguesa” In: *Revista Trimestral do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro* Segunda série, tomo XIII, n.º 18, 2.º trimestre de 1850, pp. 200-273
- SERRA, Ricardo Franco de Almeida, — “Documento oficial sobre o Rio Branco ou Paíma” In: *Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo VI, n.º 21, abril de 1844, pp. 84-90.
- SILVA, Raimundo Pereira da, — “Comunicações de Manaus com o Alto Rio Branco” In: *Revista do Clube de Engenharia*, n.º 49, outubro de 1938, pp 2 400-2 403.
- SILVA, Raimundo Pereira da, — “Territórios Federais”. In: *Revista do Clube de Engenharia*, n.º 50, novembro de 1938, pp 53-60.

- SINDOU, J. M. Othon, — “O Rio Branco integrado esplêndidamente no progresso que marca os territórios”. In: *Câmbio*, ano IV, n.º 13, julho de 1950 — Recife.
- SOUSA, André Fernandes de, — “Notícias Geográficas da Capitania do Rio Negro no Grande Rio Amazonas”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geog Brasileiro*, 4.º trimestre — 1848, tomo 10 pp, 411-504
- SUCKNOW, Gustavo, — “Exploração do Rio Branco”. In: *Rev da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro* Bol. IV, ano 1891, tomo VII, p 276.
- TAPAJÓS, Torquato, — “Estudos sobre o Amazonas: O Rio Branco” In: *Rev da Soc de Geografia do Rio de Janeiro*, tomo X, ano 1894, 1.º ao 4.º Bol, pp 1-30.
- TATE, G H H , — “Notas sobre a região do monte Roraima” In: *Boletim Geográfico*, ano III, n 33, dezembro de 1945, pp 1173-1182
- Anuário do Rio Branco*, 23 páginas Tipografia Beneditina de Santa Maria — São Paulo.
- Plano de urbanização de Boa Vista* 15 páginas, ed. mimeografada — Rio de Janeiro, 1946.
- Sinopse estatística do município de Boa Vista* (Território do Rio Branco), 36 páginas, illus I. B G E — 1951
- “Território do Rio Branco”. In: *Resenha Econômica do Banco do Brasil*, ano IV, n.º 1, pp. 14-22
- Território Federal do Rio Branco* — 1951 Dados relativos ao quinquênio 1946-1950 Inspeção Regional de Estatística Municipal, ed mimeografada.